

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

REBECCA EIKO KANASIRO E BRITO

**LIVRO REPORTAGEM AFROCURITIBA: HISTÓRIAS DE VIDA DE QUEM
PASSOU POR CIMA DO RACISMO**

CURITIBA

2014

REBECCA EIKO KANASIRO E BRITO

**LIVRO REPORTAGEM AFROCURITIBA: HISTÓRIAS DE VIDA DE QUEM
PASSOU POR CIMA DO RACISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
em Comunicação Social, com habilitação em
Jornalismo, do Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carvalho

CURITIBA

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL
DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

NOME DA ALUNA: REBECCA EIKO KANASIRO BRITO

TÍTULO: "LIVRO REPORTAGEM AFROCURITIBA: HISTÓRIAS DE VIDA DE QUEM PASSOU POR CIMA DO RACISMO".

LOCAL E DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL:

Sede do Departamento de Comunicação Social da UFPR,
realizada na sala 08 do DECOM, no dia 03/12/14, às 10h30.

| BANCA EXAMINADORA | NOTA |
|--|------|
| GUILHERME GONÇALVES DE CARVALHO (ORIENTADOR) | 95 |
| JOSÉ CARLOS FERNANDES | 95 |
| ROBERTO NICOLATO (CONVIDADO) | 95 |
| MÉDIA FINAL: | 95 |

| BANCA EXAMINADORA | ASSINATURA |
|--|------------|
| GUILHERME GONÇALVES DE CARVALHO (ORIENTADOR) | |
| JOSÉ CARLOS FERNANDES | |
| ROBERTO NICOLATO (CONVIDADO) | |

Curitiba, 03 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e força que tem me dado a cada dia para superar as dificuldades.

À família e aos amigos, pela paciência, companhia e dedicação.

Àqueles que confiaram em mim para contar sobre as próprias vidas.

Ao meu orientador, pela paciência.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é servir como base teórica para produzir um livro de histórias de vida. Os entrevistados são negros que vivem em Curitiba, se autorreconhecem como negros e contribuem para um trabalho de conscientização sobre as relações étnico-raciais e o racismo. As técnicas utilizadas neste trabalho são pesquisas bibliográficas sobre os negros no Paraná e jornalismo literário.

Palavras-chave: negros, Paraná, Curitiba, jornalismo, literário.

ABSTRACT

The aim of this document is to serve as a theoretical basis to produce a book of histories of life. The interviewees are black people who live in Curitiba, they recognize self as black and contribute to an awareness about racial-ethnic relations and racism. The techniques used in this document are bibliographic research on blacks in Paraná and literary journalism.

Key words: black, Paraná, Curitiba, journalism, literary.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL | 8 |
| 2.1. A ESCRAVIDÃO..... | 11 |
| 2.2. CONFLITOS DE TERRA..... | 14 |
| 2.3. O ESPAÇO EM BRANCO DOS AFRODESCENDENTES EM CURITIBA..... | 18 |
| 3. JORNALISMO E LIVRO | 21 |
| 3.1. JORNALISMO LITERÁRIO..... | 23 |
| 3.1.1. O NOVO JORNALISMO..... | 25 |
| 3.1.2. O CENÁRIO ATUAL DO JORNALISMO LITERÁRIO..... | 27 |
| 3.2. HISTÓRIAS DE VIDA..... | 28 |
| 4. AFROCURITIBA | 31 |
| 4.1. PROJETO GRÁFICO..... | 31 |
| 4.2. ESTRUTURA..... | 33 |
| 4.3. ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS..... | 34 |
| 4.4. FONTES DE INFORMAÇÃO..... | 34 |
| 4.5. SUBSÍDIOS..... | 35 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 38 |

1. INTRODUÇÃO

Segundo Souza (2004), construiu-se um mito em torno do estado do Paraná, especialmente na capital: o estado é um estado europeu, com quantidade significativa de colônias europeias. Alemães, poloneses e ucranianos são exemplos de nacionalidades que contribuíram significativamente para o estado paranaense. Porém, essa construção identitária do Paraná, ignora ou dá pouca relevância para a população indígena (que estava aqui antes das levas de imigração europeia chegarem) e afrodescendentes trazida para cá.

Porém, Souza aponta que pesquisas do IBGE no ano 2000 constataram uma novidade. Foi provado que o estado paranaense é o que mais possui negros autodeclarados na região Sul. Cerca de 23% da amostra se declarou como “preta” ou “parda”. Dez anos depois, o IBGE reconheceu Curitiba como a capital mais negra do sul do país. Foram 23,4% da população que se autorreconheceu como afrodescendente. O que significa que deve haver mais negros e pardos não contabilizados. No entanto, esse censo do IBGE já representa um grande avanço no sentido de autorreconhecimento buscado por movimentos negros nacionais.

Para mensurar um pouco da condição do negro, o Ipea (2010) publicou que entre 2002 e 2009 pouco mais de 98 mil jovens negros entraram no ensino superior por meio de políticas de cotas raciais. Os negros que entraram por cotas sociais ou sem o critério de cotas não foram contabilizados. Em 2001, a média de anos de estudo da população branca era de 7,3 anos e em 2012 cresceu para 8,7 anos de estudo. Em 2012 a população negra conseguiu atingir a média de 7,1 anos de estudo, média já conquistada pela população branca antes de 2001. No mercado de trabalho a posição do negro também não muda muito. O relatório também demonstrou que trabalhadores negros com mais de 12 anos de estudo ganham 66% do rendimento que os homens brancos recebem com a mesma quantidade de escolaridade. Para as mulheres negras, a discrepância é ainda mais acentuada. Mulheres negras com mais de 12 anos de estudo recebem o equivalente a 40% do rendimento dos homens brancos. Por causa dessas diferenças, são importantes as políticas de cotas raciais no ensino superior e no serviço público.

Não seria exagero afirmar que a população negra brasileira é fruto de um grande sequestro ocorrido na época do Brasil colonial. Enquanto a mão de obra escrava era considerada legítima, barata e lucrativa, membros de diferentes povos

africanos foram trazidos para cá por meio do tráfico de escravos. Os colonialistas portugueses tiveram o cuidado de não permitir que membros de mesma tribo e língua ficassem juntos. (JÚNIOR et al., 2008)

Conforme constatado pelo IPEA (2008), ainda existe preconceito contra as culturas e etnias de matrizes africanas. Apesar dos 126 anos desde a assinatura da Lei Áurea – lei que aboliu a escravidão no Brasil - ainda existem sérios problemas a serem resolvidos. O Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010) mostrou como as comunidades negras e quilombolas foram deixadas nas regiões de menor IDH (índice de desenvolvimento humano). Por isso, dá para entender a falta de recursos, precariedade na educação, posição inferior no mercado de trabalho e toda a vulnerabilidade social dessas populações no momento.

Lobo (2004) afirma que a presença dos negros em Curitiba não é reconhecida. Foi aplicada a teoria do embranquecimento racial, mais pormenorizada adiante. Seja pela falta de pesquisas mais aprofundadas ou mesmo pelo racismo. O processo de “europeização” teve a finalidade de embranquecer a população, ao mesmo tempo que pretendia eliminar progressivamente o elemento negro. Para sustentar esse discurso, foi construída toda uma lógica bem racional.

O presente trabalho é feito com base numa pesquisa bibliográfica e serve como suporte teórico para a produção de um livro-reportagem. Pretende problematizar o racismo e de que formas pode se manifestar na sociedade. A hipótese lançada é a de que Curitiba é uma cidade que discrimina a população negra local. Para esta fundamentação, foi realizada pesquisa bibliográfica. Para o desenvolvimento do produto, foram realizadas entrevistas em profundidade com as fontes escolhidas e foram feitas checagem de informações para confirmar a veracidade de detalhes dos relatos.

Como o jornalismo tradicional aborda pouco essa temática, surgiu o interesse de se realizar um livro de histórias de vida de negros autorreconhecidos em Curitiba que contribuam para conscientização das relações étnico-raciais e sobre o racismo. São cinco pessoas que carregam histórias de superação e pertencimento. Deve-se perguntar aos negros se há racismo em Curitiba ou não.

Um livro de histórias de vida é um livro que contém histórias de vida de pessoas. Para cada personagem, foi analisado um traço ou mais da vida dela. Diferente da biografia e do perfil, a história de vida é uma categoria mais abrangente e aberta. A biografia é longa, se comparada ao perfil e tem poucos traços autorais e o perfil é uma

narrativa curta, com traços autorais e que analisa um aspecto da vida do entrevistado. Por ser mais abrangente e aberto do que a biografia e o perfil, foram escolhidas as histórias de vida captadas por entrevistas jornalísticas para apreender partes da vida dos entrevistados, que são negros que vivem em Curitiba e contribuem para conscientização étnico-racial.

São cinco entrevistados. A primeira entrevistada é Stéphanie Paes de Oliveira, uma jovem estudante universitária, militante do movimento negro e dançarina do grupo afro-cultural Ka Naombo. O segundo é o pesquisador Cassius Marcelus Cruz. Atualmente dedica-se a pesquisar quilombos e atua no Ministério Público com apoio às promotorias de Direitos Humanos, com foco na promoção de políticas de igualdade racial e para as comunidades quilombolas e tradicionais. A terceira entrevistada é a emblemática ialorixá Iyagunã Dalzira. É uma senhora de 73 anos que tem papel de liderança histórica para o movimento negro do Paraná. O quarto é o vereador afrodescendente do PSC, Mestre Pop, que atua com foco nas periferias, defende veementemente que o dia 20 de novembro seja feriado obrigatório em Curitiba e é um passo na representatividade negra na política. A última é a cabelereira afro Débora Pereira.

Este relatório monográfico é dividido nos seguintes capítulos: “Discriminação étnico-racial”, “Jornalismo e livro”, “Afrocuritiba” e considerações finais.

O capítulo “Discriminação étnico-racial” trata de definições sobre racismo, contextualiza a atuação da discriminação no Brasil, como pode estar envolvido nos conflitos de terra no Paraná e também de que forma pode estar presente em Curitiba.

“Jornalismo e livro” é o capítulo dedicado a explicar sobre o que é, características e exemplos de obras e autores sobre os seguintes temas: jornalismo interpretativo, jornalismo literário, livro-reportagem e histórias de vida.

“Afrocuritiba” é destinado a especificações sobre o livro-reportagem produzido. Contém o projeto gráfico, estrutura, organização dos capítulos, fontes de informação e opção de subsídio para o livro.

As considerações finais são um balanço de todo o trabalho realizado na pesquisa bibliográfica e na produção do livro-reportagem.

2. DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Este capítulo tratará sobre a discriminação étnico-racial, também conhecida como racismo. Trará os conceitos de racismo e possíveis variáveis. Contextualizará o racismo em diferentes épocas e lugares. Depois mostra as formas que pode ter se desenvolvido no Brasil.

Racismo e discriminação racial são comumente termos utilizados para referir à discriminação étnica ou cultural, independentemente das diferenças serem descritas como raciais. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial das Organizações Unidas (1965) afirma que não há diferenças entre discriminação racial e discriminação étnica e que uma superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, condenável moralmente, injusta e perigosa. Além disso, prossegue em afirmar que não existe justificativa para a discriminação racial em qualquer lugar do mundo.

O Estatuto da Igualdade Racial (2010) define discriminação racial ou étnico-racial:

I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

O racismo se configura na ideologia de que há uma superioridade de certas raças em relação a outras, baseada em motivações que incluem traços do comportamento humano e fenótipo (características físicas). É uma atitude depreciativa sem fundamentação científica em relação a determinado grupo étnico ou social. O Instituto da Mulher Negra - Geledés (2013) também comenta que pode estar presente no nível pessoal, interpessoal e institucional:

O racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. Por sua ampla e complexa atuação, o racismo deve ser reconhecido também como um sistema, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para

peças e populações a partir de sua aparência atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. (p.11)

Dentro do racismo, também existe o racismo institucional, ou racismo sistêmico. Segundo o Instituto Geledés (2013), o racismo institucional pode ser entendido como um mecanismo estrutural que permite a exclusão de grupos raciais subordinados. Garante a exclusão de diversos sujeitos nestes grupos. No caso brasileiro, podem ser citados como exemplo de grupos raciais subordinados, os negros e os indígenas. O mesmo instituto narra que os ativistas Stokely Carmichael e Charles Hamilton, do grupo Panteras Negras, afirmaram que o racismo institucional é capaz de gerar a falha coletiva de uma organização para provimento de serviço adequado a pessoas, por causa da cor, cultura ou origem étnica. Dessa forma, é capaz de gerar políticas excludentes. Pode-se dizer que o racismo institucional é uma maneira de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, de tal maneira que hajam barreiras entre a vivência dos grupos e indivíduos presos em esquemas de subordinação.

Segundo o IPEA (2008), há vários exemplos de como ideologias de discriminação racial ou étnico-racial se manifestaram na História: a segregação racial nos Estados Unidos, o *apartheid* da África do Sul, o Holocausto e colonizações na África, Ásia e Austrália. No Brasil o racismo surgiu junto com a escravidão. Mas, foi após a Abolição que teses de inferioridade biológica passaram a ser difundidas no país para incentivar a vinda de imigrantes europeus.

Entre os anos de 1880 e 1920 foi popularizado o racismo científico¹. O IPEA (2008) descreve que as raças não se diferenciariam mais pela história, religião ou cultura. Tal crença foi levada aos âmbitos políticos e sociais, de tal maneira que não havia a participação do negro em espaços públicos. A discriminação se acentuou e o branqueamento torna-se um ideal. A sociedade deve se embranquecer e eliminar progressivamente o negro. Tal momento foi caracterizado pela ausência de políticas públicas de integração para os ex escravos e os recém homens livres. Sobraram apenas espaços subalternos para serem preenchidos no mercado de trabalho para os negros. Medidas que contribuíram para a marginalização dos negros na sociedade, no século XIX, foram: o incentivo maciço de imigração europeia e a Lei de Terras².

¹ O racismo científico se baseava nas diferenças naturais entre as raças.

² A Lei de Terras proibia o acesso à terra através de ocupações. A terra torna-se mercadoria e propriedade privada, possível de se ser adquirida por herança ou compra e venda. Também atingiu as

Prado Júnior (1961) afirma que a mestiçagem tornou-se característica marcante na construção identitária brasileira.

A mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. (...) Graças a ela, o número relativamente pequeno de colonos brancos que veio povoar o território pôde absorver as massas consideráveis de negros e índios que para ele afluíram ou nele já se encontravam; pode impor seus padrões e cultura à nova colônia, que mais tarde, embora separada da mãe-pátria, conservará os caracteres essenciais da sua civilização. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 102)

No começo do século XIX, a estimativa é de que o número de escravos compreendia um terço da população total da colônia. Nos outros dois terços da população, o sangue negro se diluiu em partes consideráveis. O colono geralmente vinha para o Brasil sozinho, mesmo que tivesse família em Portugal. Ele queria trazer a família, mas primeiro teria de conhecer o território e, sob o mistério do desconhecido veio sozinho. Um dos fatores da mestiçagem foi a falta de mulheres brancas na colônia. Sem as mulheres brancas, era mais fácil que o colono português fosse atrás de mulheres de outras raças para satisfação sexual, geralmente em relações fora do casamento. Mas, embora fossem relações informais, a moral da época não condenava os relacionamentos, pois eram muito comuns. (PRADO JÚNIOR, 1961)

Outro fator que impulsionou a mestiçagem entre brancos e negros foi a crença no embranquecimento da população. “Uma gota de sangue branco faz do brasileiro um branco, ao contrário do americano, em que uma gota de sangue negro faz dele um negro”. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 104)

Teoricamente, no caso brasileiro, o sangue branco prevaleceria sobre o negro. Se um negro e um branco se envolvessem sexualmente e gerassem um filho, este filho seria branco. Não era apenas os planos econômicos e sociais que estavam a serviço do colono branco. Mas também no âmbito sexual a dominação branca e europeia sobre as raças dominadas se fez presente. Outra maneira de se embranquecer era ascender na escala social. Mesmo negro ou mulato, o indivíduo deixava de ser reconhecido pelas suas origens raciais e passava a ser reconhecido como branco. Assim foi contruído um ideal de pureza da raça branca na formação étnica do país.

terras consideradas públicas anteriormente à promulgação. Também funcionou como forma de incentivo à vinda de trabalhadores pobres europeus a virem trabalhar nas lavouras brasileiras.

Mesmo após a abolição da escravatura, o ideal de pureza da raça branca persistiu. Em 1888, o Brasil sofreu intenso processo de urbanização e desenvolvimento econômico. Conforme o relatório do IPEA (2008), os novos postos de trabalho resultantes do novo desenvolvimento não puderam ser preenchidos pelos ex escravos ou os negros livres, pois havia a difusão da ideia de que o trabalhador branco era melhor trabalhador do que o negro. Carvalho Franco (1997) afirma que se acreditava que os negros não eram capazes de trabalhar por outro meio, a não ser o da violência. A mudança do sistema escravocrata para o assalariado faria com que os negros não trabalhassem, mas fugissem. Assim, seria necessário incentivar a vinda de trabalhadores europeus.

Como se acreditava que a população brasileira estivesse cada vez mais branca, nas décadas de 1920 e 1930 o ideal do branqueamento é consolidado no Brasil, enquanto teorias deterministas da raça entravam em decadência. Tal ideal permaneceu inalterável até 1970, sem que houvessem mudanças nas hierarquias raciais do país. As questões raciais voltam a debate público apenas após a redemocratização em 1989. (IPEA, 2008)

A partir do breve histórico brasileiro e dos conceitos trazidos, volta-se o olhar para a história dos negros no Paraná e em Curitiba para investigar se há racismo em Curitiba ou não. Caso exista, de que formas pode se manifestar.

2.1. A Escravidão

GOMES JÚNIOR et al. (2008) conta que durante o sistema colonial escravista, milhões de negros foram trazidos contra a própria vontade para o Brasil para serem base da economia colonial de base primário-exportadora aqui instaurada. Os portugueses colonialistas tiveram até mesmo o cuidado de dificultar a comunicação entre os escravos, ao separarem os negros que pertencessem ao mesmo grupo de origem e falassem o mesmo dialeto. Primeiro, perderam a liberdade, depois tiveram a cultura e conhecimentos étnicos massacrados. Seguiu-se à risca o conceito de evolucionismo cultural, a ideia de que era necessário salvar esses povos bárbaros e pré civilizados, mudando o status de pré civilização ao de civilização aos moldes europeus. Era necessário que o homem branco europeu trouxesse a civilização aos territórios inexplorados. Na hierarquia civilizatória, o índio e o negro deviam se submeter ao europeu. Era até mesmo um privilégio que o índio e o negro tivessem a

chance de entrar em contato com a cultura europeia. Porém, houve resistências das mais variadas do povo negro à escravidão. Desde o suicídio, fugas, assassinatos e a formação de quilombos³.

Souza (2004) conta que os primeiros negros a se instalarem no Paraná vieram no contexto da mineração do século XVIII. O regime vigente ainda era o escravocrata. A princípio, a mão de obra escrava, que incluía tanto negros quanto indígenas, era utilizada na mineração do ouro. Embora no século XVIII ainda existisse escravidão indígena, o número de escravos negros já era maioria.

À medida que decaía a mineração, o escravo era transferido para a agricultura e a pecuária no planalto. Muitas fazendas dos Campos Gerais usaram a mão-de-obra escrava. Mesmo com a proibição do tráfico, o porto de Paranaguá ainda se configurava num dos maiores centros de contrabando de escravos para o Brasil. Muitos desembarcavam em Paranaguá e depois eram levados para diversos pontos do país. (SOUZA, 2004, p. 3)

Ivan (2006) descreve que a partir da segunda metade do século XVIII, o sistema escravista começou a entrar em declínio e, como consequência, o número de escravos diminuiu progressivamente. Durante a primeira metade do século XIX, a porcentagem de escravos negros já compreendia cerca de 40% do total da população.

Nas fazendas, os negros passaram a dividir espaço com os senhores e agregados brancos. Ivan (2006) analisa que na década de 1870 a redução de escravos foi mais efetiva. O sistema econômico baseado na criação do gado começou a enfraquecer. Então uma grande parcela de trabalhadores negros foi vendida para a província de São Paulo para trabalhar nas primeiras fazendas de café, ou como empregados de serviços artesanais e domésticos nas cidades, ou ainda eram alugados. Quando eram considerados iguais aos trabalhadores livres, os ex escravos atuavam no ramo da erva mate ou na indústria do couro para acondicionamento e exportação.

Segundo Ivan (2006), o mate ainda era beneficiado com o engenho de soque⁴ e pilões movido pelos escravos. Com a substituição do engenho de soque pelo engenho hidráulico, e do hidráulico pelo engenho a vapor, tornou-se inviável continuar

³ Originalmente, o termo *kilombo* ou *ochilombo* referia-se a pontos de comércio de cera e escravos utilizados por populações nômades em países da África. Aqui no Brasil, quilombos são aldeias, cujos habitantes, os quilombolas, praticam economia de subsistência e em alguns casos, o comércio. Ficam escondidos nas matas ou montanhas. Em alguns quilombos, houve até mesmo a tentativa de retornar à antiga organização social africana. (BRACARENSE, 2004, p.14)

⁴ Engenhos de soque eram como moinhos processadores da erva mate.

a usar mão de obra escrava. Esses trabalhadores tiveram de migrar para as cidades e nelas, alguns serviços eram característicos para esse novo contingente. Geralmente, Carvalho Franco (1997) mostra que esses negros tornavam-se empregados em postos de trabalho que a população branca não desejava. Ivan (2006) detalha que às mulheres cabia serem mucamas, cuidar de crianças, cozinhar, lavar, engomar e costurar. Aos homens, qualquer serviço, podendo ser doméstico ou rude. Poderiam ser pedreiros, pajens, alfaiates, carpinteiros, peões, etc. As compras e vendas de trabalhadores negros podiam ser realizadas por meio dos anúncios em jornais.

GOMES JÚNIOR et al. (2008) relata que os negros não aceitaram passivamente e com resignação a condição de escravo. As maneiras que encontraram para resistirem foram das mais diversas. Esforçavam-se pouco nos trabalhos, negociavam, assassinavam os feitores, praticavam suicídio, ou fugiam e formavam os quilombos. Ivan (2006) relata que a resistência negra contra a escravidão foi possível de verificar, porque a formação dos quilombos data de 1559 e continuou a acontecer até à abolição da escravatura. A maior parte dos quilombos teve curta duração.

Ivan (2006) descreve a resposta do homem branco aos sinais de resistência dos escravos. Era sempre a violência desmedida exteriorizada na punição exemplar. Como retaliação às fugas, os donos de escravos podiam pagar por anúncios que visavam à recuperação dos escravos fugidos. Nesses anúncios, ofereciam recompensas de 10 a 400 mil réis. A descrição de deformações físicas dos escravos era comumente publicada nos anúncios. Essas deformações geralmente vinham como consequência de maus tratos, doenças adquiridas nas senzalas ou da má alimentação a que estavam submetidos.

Além de não serem donos da própria vontade, os negros vieram contra à própria vontade ao Brasil, foram tratados como mercadorias e, assim, não tiveram direito algum sobre si próprios. Quando foram libertos pela abolição, não tiveram a liberdade de escolher os novos postos de trabalho numa sociedade que já era livre.

2.2. Conflitos de terra

O Paraná é palco de conflitos de terra. O grupo de trabalho Clóvis Moura (2010) mostra que a grilagem⁵ ainda é um sério problema a ser resolvido. Porém, o Estado não procurou resolver a longo prazo o problema esse problema. Buscou apenas soluções a curto prazo sem realizar um processo de apuração de terras com requisitos que pudessem garantir uma distribuição ideal. As apurações geralmente se dirigiam a áreas onde já existisse um consenso a respeito da natureza devoluta da terra. Assim, é fácil entender por quê ocorreram vários conflitos de terra no Paraná. Durante o século XX, ocorreram inúmeros conflitos camponeses. Os personagens desses conflitos eram os “posseiros” ou “colonos”, grandes proprietários e empresas geralmente articuladas à indústria madeireira. Nesses conflitos, é importante analisar em que posição o negro estava inserido.

Incluem-se no rol de conflitos relacionados à terra a Guerra do Contestado (1912-1916). O conflito aconteceu na fronteira entre Paraná e Santa Catarina em área povoada por sertanejos que não tinham condições de comprarem terras e passavam fome. Duas empreendedoras americanas e uma madeireira retiraram forçadamente os moradores locais para a implantação de uma ferrovia. Ao invés de empregarem os moradores da região, empregaram imigrantes. Os habitantes locais não aceitaram e se revoltaram contra o governo, as empresas e as oligarquias. GT Clóvis Moura (2010) defende que a presença dos afrodescendentes foi visível no conflito. Como exemplos cita os negros Olegário e Adeodato. Olegário chefiou um grupo guerrilheiro de 50 pessoas. Adeodato foi um dos líderes dos sertanejos durante a guerra.

Nos conflitos de terra que aconteceram, graças ao passado colonial e escravista, os mais afetados foram os negros e os índios. Carvalho Franco (1997) explana que com a transformação da terra em propriedade privada e restarem aos negros apenas posições subalternas no mercado de trabalho após a abolição da escravidão, a nova população negra de homens livres não tinha condições de comprar terras. Ficou marginalizada e as terras que ocupavam, eram desapropriadas.

⁵ Grilagem é a invasão de terras públicas. O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida.

GT Clóvis Moura (2010) afirma que a repressão ocorria não somente na questão da divisão das terras, mas também na cultura e até mesmo no âmbito religioso.

(...) a proibição referiu-se explicitamente às práticas culturais de matriz afro-brasileira; pressupunha-se que os “batusques e congados” não eram entendidos pelo Poder Público como “reuniões familiares”. Por outro lado, a mesma lei (Código de Posturas de Londrina de 1953) permitia “bailes” (algo bastante genérico) sem o mesmo nível de exigências. Apenas um grupo tinha que passar pelo constrangimento de ir à delegacia solicitar autorização para realizar seus festejos, mesmo os de caráter religioso ou cultural. (GT MOURA, 2010, p. 25)

GT Clóvis Moura (2010) narra que em Ponta Grossa, a colonização russa esteve envolvida na tomada de terras da Fazenda Santa Cruz. A fazenda era propriedade de famílias negras e o processo judicial foi encaminhado em 1914. Os moradores resistiram e houve tanta violência que a tomada da fazenda culminou no assassinato de um membro negro da comunidade. Nas décadas entre 1950 e 1970 situações parecidas ocorreram no município de Castro, onde a violência vinha tanto de jagunços quanto de policiais nas expulsões.

Enquanto a presença negra e cabocla era marginalizada, o governo estatal conferia privilégios e estímulos a imigrantes europeus, num plano de “europeizar” o território. Durante o século XX, o Estado paranaense esteve diretamente envolvido na tomada dos territórios negros.

No final do século passado, a vila de Paiol de Telha (no município de Castro – no Paraná) e Varzeão (município de Guarapuava – estado do Paraná) eram habitadas apenas por negros. Com a chegada de homens brancos, houve disputas pelas terras da região. No entanto, o documento que registra o momento mais antigo das terras de Varzeão data de 1856 e está no Livro de Registo de Terras da Paróquia de Castro. O documento prova que a propriedade das terras estava em nome do negro João Alves de Souza como herança dos pais. As terras de Arroio Claro e Sertão do Fundão (no município de Castro), Paiol de Telha e Fundão (no município de Guarapuava) também já estavam registradas legalmente em nome de famílias negras.

Na comunidade em Varzeão, GT Clóvis Moura (2010) também conta que após a morte de João Alves de Souza na década de 1850, houve a divisão de terras entre os herdeiros até 1947. A divisão foi interrompida por conta da escassez de recursos financeiros. Com o fim da partilha, as terras foram invadidas por meio da expansão da fazenda Morungava. A fazenda tem um longo histórico de disputas fundiárias e foi

vendida em 1911 à *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Durante o governo Vargas, parte das terras da empresa tinha sido adquirida por João Sguário & Cia, e o resto pelo grupo empresarial do governador do Paraná Moysés Lupion. Em 1971, o governo federal confiscou e incorporou à União 25 mil hectares das terras da comunidade do Varzeão.

Durante a disputa de terras em Varzeão, os homens brancos tentaram expulsar os quilombolas da região através da violência promovida por policiais e jagunços. Os momentos críticos aconteceram em 1959 e depois, uma década seguinte nos anos de 1969 a 1970. Aconteceram desde ameaças e agressões físicas até queima de construções e colheitas. Como nos conflitos de 1959 o governador era Moysés Lupion, associado de empresas madeireiras, e havia esquemas que envolviam policiais e guardas privados das madeireiras, a resistência dos quilombolas foi difícil. Autoridades civis e militares eram ligados a Moyses Lupion. Juízes de direito eram substituídos caso decidissem em favor dos quilombolas. A promotoria defendia os grileiros, sem atentar para as necessidades dos negros. Os moradores das comunidades tentaram, inutilmente, responder aos ataques por meio de denúncias à polícia e envio de cartas e ofícios ao Governo Federal. Em 1975, José Lupion, filho do governador Lupion, vendeu as terras dos quilombolas de Varzeão para Luís Fernando Mocellin. Posteriormente, Mocellin as vendeu para a Plantec S/A que estava interessada em realizar plantio de pínus. (GT CLÓVIS MOURA, 2010.)

Localizada na comarca de Guarapuava, a Invernada Paiol de Telha é um dos campos da antiga fazenda Capão Grande. Araújo (2005) descreve que em 1860, a proprietária (Balbina Francisca de Siqueira) deixou o campo correspondente de herança aos escravos e homens livres que moravam lá. Quando morreu, ela tinha 17 escravos. Porém, o sobrinho dela não ficou contente com o testamento que beneficiava os escravos e então, já começou a expropriar as terras da Invernada.

Na década de 40, os descendentes dos escravos e libertos foram à justiça questionar a concessão feita a Pedro Lustoza (sobrinho da proprietária). Por meio da ação, requereram a reintegração das terras tomadas. Naquele momento, as terras já estavam com os descendentes de Pedro Lustoza. Porém, a ação foi arquivada sem solução e não houve pronunciamento algum oficial a respeito.

As expropriações das terras se fortaleceram nas décadas de 60 a 70. Foi um período violento para os descendentes de escravos e libertos. Em 1967 mais um pedaço das terras foi expropriado. Nesse ano, foi feita uma escritura datada de 17 de

agosto de 1967. A escritura descrevia que 28 descendentes dos escravos e libertos transferiam Paiol de Telha como herança a Alvy Baptista Vitorassi e João Pinto Ribeiro. A transação custou 100 mil cruzeiros novos. Desta forma, outra parte da Invernada foi tomada dos negros.

Porém, há divergências quanto à escritura de 1967. Os descendentes atuais afirmam que os descendentes de negros daquele ano não sabiam que a escritura de 1967 se tratava sobre a transferência de direitos hereditários das terras para os descendentes de Lustoza. Na época, o que aqueles descendentes queriam era regulamentar o resto da propriedade.

Araújo (2005) detalha que as maneiras utilizadas para tentativas de expropriação foram: falsificação de títulos, escrituras, transferências de propriedade, recibos de compra e venda de terras; e a coerção física. A coerção física foi exteriorizada nos jagunços e pistoleiros, geralmente a serviço de grandes proprietários da região ou companhias colonizadoras. Esses jagunços e pistoleiros convenciam os posseiros a transferirem as terras em que viviam e deixassem-nas. A coerção física institucionalizada pelo Estado já foi exteriorizada através da força da polícia.

A expropriação final de terras em Paiol de Telha foi concluída em 1975, durante a ditadura militar. O delegado de Pinhão (atualmente localizado em Guarapuava), João Pinto Ribeiro, conseguiu expulsar os últimos quilombolas do local por meio do uso de guardas privados e policiais. A expulsão conseguiu ser eficiente graças aos incêndios, torturas, tentativas de assassinato, envenenamento de animais e destruição de instrumentos destinados à agricultura.

GT Clóvis Moura (2010) relata que no início da década de 90, os herdeiros de Paiol de Telha tentaram conseguir de volta as terras dos ancestrais por meio de ação judicial. Com o indeferimento dado pelo poder judiciário, em 1996 essas famílias descendentes de Heleodoro acamparam em frente às terras. Depois, resolveram acampar dentro. A Cooperativa Entre Rios solicitou despejo e em menos de 24 horas o despejo foi efetivado. Sete anos depois, 150 famílias entraram no território correspondente a Paiol de Telha e logo voltaram às próprias casas, por conta de ameaças de despejo. Em 2006 resolveram acampar nas margens de uma estrada e buscaram e conseguiram apoio de entidades sindicais e movimentos sociais populares. Durante esse período entre 1996 em diante, a cooperativa Entre Rios instalou guaritas próximas aos acampamentos e envenenou nascentes que os ocupantes utilizavam.

Segundo GT Clóvis Moura (2010), em 1998 o Paraná foi considerado pela Comissão Pastoral da Terra a partir do Relatório de Conflitos no Campo, o estado brasileiro mais violento do Brasil (na categoria de violência no campo).

Desde sempre, o estado paranaense promoveu a expropriação de terras dos afrodescendentes. Concedeu privilégios e benefícios a imigrantes europeus na missão de embranquecimento do território paranaense e tirou o direito de propriedade dos índios e afrodescendentes e não ter posses significa estar à margem da sociedade.

2.3. O espaço em branco dos afrodescendentes em Curitiba

O IBGE (2000) chamou a atenção para uma realidade que até então era ignorada ou escondida: o Paraná é o estado negro da região Sul. Aproximadamente 23% das pessoas entrevistadas se autodeclarou “negra” ou “parda”. Souza (2004) acredita que a porcentagem deve ser maior, porque nem todos os negros se reconhecem como negros ou pardos. Curitiba é a capital, dentre as da região Sul, que mais possui afrodescendentes que assim se autodeclararam - o censo do IBGE de 2010 constatou que foram 23,4% da população.

Entre os anos de 2005 a 2010 GT Clóvis Moura (2010) conseguiu mapear cerca de 90 comunidades negras tradicionais e quilombos no relatório “Quilombos do Paraná”. A maioria das comunidades encontra-se em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano. Estão distribuídas ao longo do Vale do Ribeira, região metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva e em pontos mais extremos, como Guaíra. Geralmente estão isoladas dos municípios. Algumas até eram desconhecidas por parte dos municípios a que faziam parte.

Após a divulgação dos resultados das pesquisas do IBGE, que comprovam que o Paraná é o estado negro da região Sul, e do relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Souza (2004) afirma que uma nova realidade foi apresentada ao estado. A presença dos afrodescendentes persiste no território paranaense. Gomes Júnior et al. (2008) afirma que é uma presença maciça e que durante séculos foi ignorada e sujeita à escravidão e a todas as violências que o sistema colonial escravista deixou. As comunidades que ainda existem são fruto de resistência aos conflitos de terras tão familiares ao Paraná. Nas comunidades tradicionais e nos quilombos, os moradores

podem manter a cultura dos ancestrais sem serem oprimidos por causa de hábitos e costumes.

Gomes Júnior et al. (2008) analisa que, no contexto das comunidades negras tradicionais e quilombos, comunidade possui um significado diferente do que o de costume. Costumeiramente, ao se falar em comunidade surge a ideia de um aglomerado de pessoas próximas fisicamente. Porém, os moradores dessas comunidades não estão necessariamente instalados próximos uns aos outros.

A idéia de comunidade não se constitui necessariamente pela proximidade física entre as famílias nucleares ou entre as famílias extensivas, que no seu conjunto formam a comunidade. Há casos em que os núcleos iniciaram em função da quantidade de famílias extensivas, que se diferenciam pelo sobrenome. (...) O conjunto desses espaços e famílias é intitulado “Comunidade Negra Rural Tradicional” e aquelas em que se fez a autodeclaração e, por consequência, se obteve a certificação, são conhecidas por Comunidades Remanescentes de Quilombo. Cerca de 90 comunidades foram mapeadas no Paraná e 36 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. (GOMES JÚNIOR et al. 2008, p. 18)

Com uma presença tão marcante de afrodescendentes, Lobo (2010) critica historiadores paranaenses e autores curitibanos que apregoam que a presença dos negros em Curitiba é pífia ou inexistente, por conta do baixo número de escravos que aqui estiveram. Porém, a afirmação de causa e efeito é equivocada. No século XVIII o número de afrodescendentes em Curitiba já representava pouco mais de 40% da população.

O discurso que rejeita a presença e a importância dos negros em Curitiba apenas contribuiu, conforme Lobo *apud* Moraes (2010) para que se perpetuasse o racismo na cidade. Nas atividades culturais promovidas pelo poder público, não há referências à cultura e etnia de origem africana. São sempre referências europeias para que continue a se dizer que Curitiba é civilizada e diferente do Brasil. Outra constatação do tratamento injusto que Curitiba tem dado aos afrodescendentes é a a pífia quantidade de monumentos dedicados ao negro – há apenas a Praça Zumbi dos Palmares, o estádio Mané Garrincha não tem a finalidade de homenagear os afrodescendentes, embora o jogador fosse negro. Há inúmeros monumentos que homenageiam as imigrações europeias e alguns dedicados aos orientais.

No entanto, Lobo *apud* Moraes (2010) relacionam a porcentagem do negro em Curitiba com a dos Estados Unidos. A porcentagem do negro em Curitiba é a mesma dos Estados Unidos. A ideia de um Paraná diferente do resto do país é contrariar a

tese de Gilberto Freyre de que o Brasil é formado por negros, brancos e índios. Todos esses argumentos acabam por invisibilizar a presença do negro em Curitiba.

Para entender a importância que Curitiba reserva à população negra, Nicolazzi (2000) estuda como a identidade curitibana foi construída: na dialética entre o não-ser e o outro. A identidade da capital paranaense se traduz à vontade de ser, o que não significa que é de fato aquilo que gostaria de ser. Curitiba deseja ser europeizada e superior às outras cidades brasileiras e se enxerga dessa forma. Mas isso não significa que seja. A antropóloga Caroline Blum⁶ afirma que Curitiba teve a construção identitária fortemente marcada por um ideário europeu e, portanto, branco.

Nicolazzi (2000) empresta do professor de História Magnus Pereira o termo “morigeração da sociedade”. O termo era utilizado pela elite paranaense do século XIX para se referir a um conjunto de atributos considerados positivos e civilizados dentro do ideário burguês: entre tais ideais, ser europeizado era muito importante. Em meados do século XX é possível perceber aspectos de morigeração na administração municipal por meio de medidas de segurança, saúde e urbanas para produzir cidadãos estética e politicamente saudáveis. Caroline Blum (2014) afirma que além morigeração dos costumes, desde os primeiros processos de construção da identidade de Curitiba, foi fundamental que também houvesse uma aproximação com os costumes da burguesia europeia e o distanciamento do referencial negro e popular.

A partir da escravidão, dos conflitos de terras no Paraná e do ideário burguês em que foi baseada a construção identitária de Curitiba foi determinada a hierarquia das raças mais importantes para a capital do Paraná. Nesta hierarquia, a população negra não tem prioridade.

⁶ Em entrevista realizada para este relatório monográfico.

3. JORNALISMO E LIVRO

Neste capítulo, serão abordados o jornalismo literário e o livro-reportagem. A respeito da vertente jornalística e do livro-reportagem, serão dadas definições, características serão descritas e serão apresentados autores e obras estrangeiros e brasileiros. Também serão abordadas propostas novas que o jornalismo literário e o livro-reportagem podem trazer para a prática jornalística.

O portal de Edvaldo Pereira Lima traz uma breve definição sobre livro-reportagem como “veículo jornalístico impresso não-periódico contendo matéria produzida em formato de reportagem, grande-reportagem ou ensaio. Caracteriza-se pela autoria e pela liberdade de pauta, captação, texto e edição com que os autores podem trabalhar.” (LIMA, s.d.)

O livro reportagem é conhecido por Lima (2009) como um produto cultural que representa a fusão entre jornalismo e literatura. Possui mercado editorial em expansão no Brasil e trata sobre inúmeras temáticas. Há uma riqueza de títulos e produções. O maior volume de produção da narrativa de não ficção é de obras biográficas. Hoje, o livro-reportagem apresenta-se como canal adequado para dar vazão ao jornalismo literário e possui grande potencial na comunicação pública porque abre a possibilidade de um texto com vivacidade, vigor, valor estético e validade. Permite maior extensão ou aprofundamento do relato, se comparado à notícia. Pode investir no aprofundamento extensivo (no sentido de dados quantitativos) e intensivo (dados qualitativos ou vários pontos de vista) para possibilitar entendimento mais amplo possível sobre determinada questão. Por isso, possui a atribuição de dar informações ampliadas sobre fatos ou ideias de interesse social sobre as mais variadas temáticas.

Pelas características acima, Belo (2006) apresenta o formato em questão como alternativa à cobertura tradicional midiática. No entanto, envolve maiores custos e mais trabalho, por isso acaba perdendo espaço num meio que exige velocidade e economia de espaços. Mas não significa que a grande reportagem tenha perdido o valor. O mercado editorial ainda prestigia e dá espaço para as grandes reportagens.

O período moderno permitiu o acesso à informação em diversos meios e também fragmentou a imprensa. Neste contexto, o livro-reportagem possui a capacidade de juntar as várias partes sobre um mesmo assunto, assunto que pode estar dividido em fragmentos pela mídia, de forma a facilitar o acesso ao leitor interessado sobre o tópico ou àqueles interessados na história. (BELO, 2006)

Com tais constatações, Lima (2009) afirma que o livro-reportagem surge a partir da necessidade de preencher os espaços vazios deixados pela imprensa cotidiana através do aprofundamento de temas contemporâneos atuais. Além da superficialidade, resultante do imediatismo da notícia, há temas que não interessam à imprensa cotidiana, seja por razões editoriais, ou pelo desinteresse da audiência pelo aprofundamento de certos temas ou até mesmo a falta de especialização do veículo. Por isso, é comum que jornalistas inquietos sobre certos temas, quando não encontram espaço no veículo em que trabalham, busquem formas de usar o potencial que possuem em construções de narrativas da realidade. Buscam a oportunidade de poder tratar a linguagem de maneira sensível, longe dos padrões das redações e com a possibilidade de utilizar recursos da literatura e do cinema.

Lima (2009) traz a definição do que é livro e mostra as diferenças entre um livro comum e o livro reportagem. Conforme o “Dicionário de comunicação”, livro é:

Publicação não-periódica que consiste materialmente na reunião de folhas de papel impresso ou manuscritas, organizadas em cadernos, soltas ou presas por processo de encadernação e técnicas similares. Distingue-se do folheto por possuir maior número de páginas: segundo as normas da Unesco, considera-se livro a publicação com mais de 48 páginas. (p. 26)

No que tange ao conteúdo, o livro-reportagem necessariamente aborda a realidade. A veracidade é necessária. Podem ser abordados: uma ocorrência ou acontecimento já definido; uma situação mais permanente; questão ou ideia que reflete um estado de coisas e não representa um estado real.

O tratamento refere-se às questões da linguagem, montagem e edição do texto. Para as três esferas, o livro-reportagem possui caráter jornalístico. A linguagem jornalística não engloba somente o texto escrito, como manchetes, títulos, textos e legendas. Mas também outros elementos do sistema linguístico, como o projeto gráfico, sistemas analógicos, fotografias, ilustrações, etc. Deve existir um equilíbrio entre a comunicação eficiente e o socialmente aceitável. É possível utilizar registros coloquiais da língua, pois há uma maior flexibilidade no tratamento linguístico. O que importa realmente é que a escrita possua precisão, clareza e concisão.

O formato da grande reportagem em livro também serve a funções tradicionais do jornalismo, como as que constituem no papel principal de informar, orientar e explicar. O tratamento pode ser dado de várias maneiras. O sentido quantitativo resulta na horizontalização de dados e fatos de forma mais expressiva do que na

imprensa tradicional. Também pode ser feito ao trazer uma única visão sobre determinada questão, com um certo aprofundamento, aproximando-se do jornalismo opinativo. Quando traz vários pontos de vista sobre uma mesma questão, traça uma aproximação com o jornalismo interpretativo. Pode também realizar o jornalismo investigativo, ou de denúncia. Ou ainda, ainda realizar o jornalismo diversional, que consiste no trabalho literário refinado na narrativa, ambiente e subjetividade que rodeiam os personagens. (LIMA, 2009)

Lima (2009) observa que apesar de não ser tão popular no Brasil quanto nos Estados Unidos e Europa, há bons exemplos de livros-reportagens nacionais de qualidade. Como exemplos, podem ser tomadas as seguintes obras: “Olga”, escrito por Fernando Morais em 1985; “Conversas com Vargas Llosa”, em 1986 por Ricardo Setti; “1968 o ano que não terminou: a aventura de uma geração”, por Zuenir Ventura em 1989; “Estrela solitária”, de Ruy Castro datado de 1996; “Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury”, de 2000 por Percival de Souza; “Paulo Leminski: o bandido que sabia latim”, escrito em 2001 por Toninho Vaz; “Vida de repórter”, de José Mayrink em 2002; “Por todos os continentes”, feito por Roberto Menna Barreto em 2003; entre outros.

3.1. Jornalismo literário

O livro-reportagem que será produzido, se utilizará de elementos do jornalismo literário. Para compreender o peso que a literatura pode trazer à prática jornalística, este tópico mostrará como literatura e jornalismo têm se aliado.

Lima (2009) afirma que a partir da segunda metade do século XIX, com o advento da imprensa moderna e industrial, o jornalismo impresso e a literatura passaram a interagir. Ora se aproximam e se interseccionam, ora se afastam. Nesse momento, a escrita era o elo que ligava o jornalismo e a literatura. Conforme a notícia evoluía para a reportagem, tornou-se necessário que as técnicas de tratamento da mensagem evoluíssem. Com a necessidade de superar a superficialidade, os jornalistas observavam e traziam elementos da literatura para a prática jornalística. Mas, ao invés de simplesmente reproduzi-los, os adaptaram, já que a literatura estava interessada mais na escrita do que na factualidade concreta, por mais que estivesse representando o real. As exceções seriam as autobiografias, livros de memórias e relatos de viagens. Por isso, a adaptação jornalística se tornou necessária, pois possui

a tarefa de reportar o factual. Posteriormente, a literatura buscou o jornalismo para poder se renovar.

No Brasil, Machado de Assis iniciou a carreira profissional como aprendiz de tipógrafo e revisor de jornal, depois seguindo a carreira em paralelo com a vida de escritor de versos e novelas. Na segunda metade do século XIX, escritores como Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo trabalharam em jornal. Manuel Antônio de Almeida trabalhou no *Correio Mercantil*, José de Alencar chegou ao cargo de redator-chefe no *Diário do Rio de Janeiro*, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo trabalharam na *Revista Popular*.

Por mais que haja o consenso de que o jornalismo literário tenha surgido com o jornalismo industrial moderno dos séculos XVIII e XIX, o professor de comunicação da Pennsylvania State University R. Thomas Berner defende que o jornalismo literário já existia no século XVI por conta da balada impressa (música que dizia respeito a eventos reais imediatos). Apesar das controvérsias, o realismo social foi o grande impulsionador do jornalismo literário e do livro-reportagem moderno. (LIMA, 2009.)

Jornalismo literário é o jornalismo que se utiliza de recursos da literatura. O jornalista e doutor em Comunicação Edvaldo Pereira Lima define o jornalismo literário como uma:

modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura. Traços básicos: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização. (LIMA, s.d.)

Pena (2006) defende que o jornalismo literário tem como característica a superação das barreiras impostas pelos acontecimentos diários cotidianos e das tradições. Tem como objetivo trazer algo de valor e profundidade para a sociedade. A contribuição a que se propõe deve possuir caráter perene.

Martinez (2008) ensina que a busca pela superação de barreiras do jornalismo tradicional implica pensar numa época em que a comunicação social ainda não era organizada como ciência e a linguagem oral e rodas de histórias eram mais valorizadas. O jornalismo literário aproxima-se das ciências sociais e da história, já que usa depoimentos, entrevistas e pontos de vista. Não trata-se somente de coleta de fatos e documentos.

3.2.1. O Novo Jornalismo

O Novo Jornalismo foi um movimento importante dentro do Jornalismo Literário, pois foi o momento em que o livro-reportagem se consolidou no mercado editorial.

Fontana (s.d.) traz a Primeira Guerra Mundial como o momento que a literatura almeja se apropriar de elementos jornalísticos. John Steinbeck, William Faulkner, Ernest Hemingway e John dos Passos foram escritores que também exerceram o jornalismo. Foi a época em que surgiu o jornalismo político dos magnatas William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer. Também foi um período marcado pela grande reportagem em livro com *Dez dias que abalaram o mundo* (1919) do jornalista John Reed.

Olinto (1968) destaca “Os Sertões” de Euclides da Cunha como uma obra que aliou jornalismo e literatura. Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial foi marcante para a produção de reportagens e livros, pois diversos jornais enviaram correspondentes para a guerra. No Brasil, Rubem Braga - que trabalhava para o Diário Carioca - e Joel Silveira – dos Diários Associados - foram enviados e escreveram livros sobre o que presenciaram na guerra.

O conflito encerrou com os lançamentos das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945. Em 1946, o americano John Hersey foi designado para escrever sobre a realidade de Hiroshima após a explosão da bomba atômica para a revista *The New Yorker*. Dessa cobertura especial, surgiu *Hiroshima*. Primeiramente publicada na *The New Yorker*, posteriormente foi lançada em livro. Há elementos de subjetividade humana e tratamento literário com a linguagem que Hersey utilizou para contar sobre as vidas de seis personagens. Foi um trabalho impulsionador para o jornalismo literário e a reportagem em livro.(BELO, 2006)

Fontana (s.d.) destaca que Hersey foi o marco para um movimento de matérias de fôlego com tratamento literário que se tornariam livros: o *novo jornalismo*. Depois dele, ganharam destaque na *The New Yorker*, Truman Capote, Lilian Ross, Gay Talese, Norman Mailer e Tom Wolfe.

A partir da década de 60, começaram a surgir movimentos de contracultura sociais e comportamentais que questionavam o *status quo* da sociedade industrializada, como por exemplo, a “consciência negra”. Jovens que tinham lutado contra o fascismo, naquele momento se recusaram a combater na guerra do Vietnã.

Lima (2009) afirma que os movimentos de contracultura inspiraram o jornalismo, de tal forma que uma nova vertente do jornalismo surgiu: o novo jornalismo.

Como características do novo jornalismo são indicadas: reconstrução cena a cena da história, registro de diálogos completos, apresentação de diferentes pontos de vista para uma mesma cena e registro de aspectos objetivos e subjetivos dos personagens. No Brasil, é possível identificar dois veículos periódicos que tiveram inspiração no novo jornalismo: a revista “Realidade” e o “Jornal da Tarde”. (LIMA, 2009)

Lima (2009) descreve que o realismo social – com descrições bem detalhadas, tensões emocionais, etc inspiradas por Honoré de Balzac e Gustave Flaubert - representou o mergulho na realidade em constante transformação, o sentir de perto as contradições e conflitos da sociedade americana. As mudanças começaram a ocorrer a partir dos *features*. Depois vieram aos jornais (como o *Herald Tribune*, *Daily News*, *The New York Times*), seguidos das revistas dominicais (*New York*), depois as revistas independentes (*The New Yorker* e *Esquire*), até chegar ao livro-reportagem que teve como marco inicial, em 1966, *A sangue frio*, de Truman Capote. Romance classificado pelo próprio autor como “romance de não-ficção”(LIMA, 2009)

Inicialmente, Fontana (s.d.) descreve que “A sangue frio” foi publicado na *The New Yorker*, para depois ser publicado em livro. Capote escreveu sobre o assassinato real de uma família no Kansas. Demorou cinco anos para ser escrito e houve polêmica a respeito do relacionamento entre o escritor e um dos condenados. (PENA, 2006) O trabalho foi inovador porque o escritor se utilizou novos elementos, como pressentimentos, flashbacks, obsessão, motivações psicológicas, descrições longas e diálogos extremamente detalhados.

Um fator importante que contribuiu para abrir caminho ao novo jornalismo foram, segundo Belo (2006), as mudanças editoriais ocorridas no final do século XIX nos jornais de Joseph Pulitzer, grande magnata na época. Do sensacionalismo passaram para uma vertente investigativa que perpassava pelo drama. A transição teve a finalidade de criar uma diferenciação num meio onde a concorrência ficava cada vez mais acirrada. Embora tenha sido inovador, Lima (2009) relata que no começo, o novo jornalismo não teve uma boa recepção no jornalismo e nem na literatura. Somente quando se materializou no livro reportagem é que os estudiosos de literatura passaram a reconhecer essa nova forma de se fazer jornalismo. Foi quando os escritores passaram a procurar o jornalismo, como Truman Capote, que

estava com a carreira em baixa quando lança “A sangue frio”. Em 1969 o movimento já havia ganhado prestígio e se consolidado.

No final dos anos de 1970, o novo jornalismo passou a perder força. Os movimentos de contracultura que faziam parte do cenário para a construção do movimento passaram a ser assimilados e incorporados à cultura hegemônica. O movimento hippie deixa de ter importância. A imprensa comum passa a dar maior ênfase à forma do que ao conteúdo e deixa de lado o novo jornalismo. Alguns escândalos de veracidade surgiram por conta dessa desvalorização, como o caso da repórter Janet Cook do *Washington Post* que admitiu ter forjado uma matéria que a levou a ganhar o Prêmio Pulitzer em 1981. (LIMA, 2009)

3.2.2. O cenário atual do Jornalismo Literário

Lima (2009) constata que com o declínio do novo jornalismo, as grandes reportagens em periódicos perderam espaço. Hoje ainda existe jornalismo literário, em parte graças ao livro-reportagem. Valentini (2010) menciona que nos Estados Unidos, um bom exemplo de reportagens literárias encontra-se na revista *Esquire*. No Brasil, pode ser citada a revista *Piauí*. (VALENTINI, 2010, pp.1-2)

A revista *Piauí* é mensal e cobre os mais variados assuntos. Drago (2012) analisa que os jornalistas e escritores têm o tempo que precisarem para poderem investigar e escrever, livres dos prazos apertados do jornalismo tradicional. Também possuem liberdade de poder abordar diferentes ângulos e pontos de vista sobre fatos já conhecidos. A apuração é uma fase de extrema importância na produção, já que não tem como objetivo principal os furos de reportagem. Escrever para a *Piauí* permite uso mais alternativo da linguagem. O idealizador da revista, João Moreira Salles, irmão de Walter Salles, justifica a falta de pressa com a necessidade de contar histórias já conhecidas de maneiras diferentes.

Salles trouxe do documentário influências que repercutiram na revista. O importante não é a informação, a notícia, os fatos e as estatísticas. Mas sim a experiência, personagens, maneiras de abordar certos temas e a forma com que se conta a história. Assim, Drago (2012) constata que não existe assunto proibido para a *Piauí*. A história deve ser contada aos poucos, sem a preocupação do lide e sublide. A tensão narrativa pode estar presente. No caso dos perfis, também não há pressa para serem escritos. Os repórteres convivem com o entrevistado pelo tempo que for

preciso, nem que para isso seja necessário mudar as próprias rotinas e viajar para fora do país. Também não existem limites de tamanho para o texto. A falta de regras rígidas editoriais, já amplamente reproduzidos na mídia tradicional, permite que a *Piauí* seja singular no mercado editorial brasileiro e construa reportagens e narrativas de fôlego.

Mesmo que nas redações o jornalismo literário não tenha presença marcante, Lima (2009) defende que no mundo acadêmico a situação já é um pouco diferente. Já existem disciplinas sobre jornalismo literário em cursos de ensino superior e Edvaldo Lima ainda propõe uma nova roupagem para o jornalismo literário: o Jornalismo Literário Avançado. Nessa nova modalidade, deve ser incluída transdisciplinariedade de quatro campos do conhecimento: ciência, arte, filosofia e tradições afim de mostrar o mundo e sua realidade de maneira holística, com novos olhares. O jornalismo literário avançado é uma tentativa de renovar o jornalismo literário e poder ampliar os horizontes do leitor sobre a realidade, para que o jornalismo literário não se torne obsoleto. (LIMA, 2009)

3.2. Histórias de vida

O produto realizado a partir deste suporte teórico será um livro-reportagem de histórias de vida. Através de elementos do jornalismo literário e da entrevista em profundidade, pretende-se investigar sobre como é ser negro em Curitiba, se há racismo na capital paranaense, caso haja, como a discriminação racial se manifesta. Para definir o que são histórias de vida, convém descrever o que é perfil e o que é biografia para mais facilmente identificar a história de vida.

Lima (2009) estuda que o perfil é uma obra que trata de destacar o lado humano de alguma personalidade pública ou um personagem anônimo que possui alguma relevância. A semelhança que a biografia longa e o perfil carregam é que tratam de um ou mais personagens, com episódios e passagens de uma história de vida.

Vilas Boas (2003) descreve que o perfil acontece em torno do personagem. No perfil, há liberdade para experimentação, estilo pessoal, para o lado artístico da narrativa. No entanto, focaliza poucos aspectos e menos situações da vida do personagem, por isso exige uma maior personalidade do autor no momento da escrita. Tem como ponto de partida o jornalismo literário e permite o uso das possibilidades

de reportagens comuns, além de um tratamento mais humanizado. Já a biografia permite um aprofundamento temporal maior.

Porém, ainda há uma outra expressão ainda mais abrangente e aberta do que a biografia e o perfil: as histórias de vida. Vilas Boas (2003) estuda que as histórias de vida são opções de narrativas que podem dar atenção total ou parcial sobre as vidas de indivíduos ou de grupos sociais, com a intenção de humanizar um tema, fato ou situação contemporânea. Também pode apenas examinar fatos específicos da trajetória de vida do protagonista.

Lima (2009) descreve que histórias de vida são comumente utilizadas pelo livro-reportagem. Podem se apresentar na forma de entrevista, depoimento direto ou numa mistura entre entrevista e depoimento direto com narrativa em primeira ou terceira pessoa. As histórias de vida mais populares são autobiográficas, entrevistas biográficas e entrevista-suporte para pesquisas. Também podem ser utilizadas como técnica da historiografia contemporânea na forma de história oral. O teórico define a importância das histórias de vida:“(...)em trechos específicos de diferentes obras pode-se encontrar o emprego do recurso, de forma a realçar o aspecto humanização que se procura em quase todas as reportagens em profundidade.” (LIMA, 2009, p. 115)

Neste intento, a entrevista funciona como uma forma de buscar a superação da superficialidade do jornalismo tradicional e trazer novas alternativas para o leitor. Medina (1986) aconselha o jornalista para que no momento das entrevistas, seja sensível. Pois, frequentemente o repórter segue o roteiro e regras já pré-definidos na redação e comumente assume uma postura autoritária e ágil, sem atentar realmente ao que o entrevistado quer dizer.

No entanto, é categórica em defender a entrevista como um diálogo em que entrevistador e entrevistado interagem, aprendem um com o outro e são transformados após este encontro. Na entrevista ideal, também chamada de diálogo possível, o repórter deve, acima de tudo, exercer a sensibilidade e não agir como se soubesse de tudo ou ir para a entrevista com perguntas e respostas já pré-determinadas. Após vencer possíveis obstáculos, o repórter deve escolher a melhor forma de colocar em texto escrito o que conseguiu captar durante a entrevista. Pode fazer uso da primeira, segunda ou terceira pessoa narrativa, uso de aspas ou travessão para os diálogos, etc.

Durante os quatro anos em que estive na faculdade de Jornalismo entendo que a entrevista entre jornalista e fonte é mais do que simplesmente um jogo de perguntas e respostas. Assim como Medina (1986) afirmou sobre a entrevista ser um diálogo possível em que os envolvidos são transformados, com cada pessoa que conversei para entrevistar pude aprender sobre os mais variados temas e desenvolvi uma sensibilidade que antes de entrar na faculdade eu não tinha. Também minha concepção de entrevista se aproxima do ato de ouvir o outro que a jornalista Eliane Brum comenta.

Através da escuta, da sensibilidade e da falta de pressa, é possível conhecer profundamente as pessoas. Pela entrevista, é possível captar características marcantes das fontes e escrever de forma menos apressada e mais humanizada. Há a possibilidade de dar rostos e nomes para as estatísticas e às possíveis vítimas de discriminação racial. É possível relatar experiências consideradas subjetivas pelo jornalismo cotidiano. A aproximação entre o leitor e o personagem, por mais diferentes que possam ser, torna-se possível. O leitor pode refletir sobre experiências que talvez não tenha passado e dependendo da situação, nunca vai passar.

Por todas as razões citadas, foi escolhido o formato do livro-reportagem de histórias de vida para este trabalho. Cinco personagens foram escolhidos para serem entrevistados. Três mulheres e dois homens. Todos são pessoas que superaram a discriminação racial que sofreram e hoje contribuem para eliminá-la na sociedade.

4. AFROCURITIBA: PROJETO GRÁFICO

O capítulo atual descreve a proposta de produto pensada a partir desta fundamentação teórica. Explora os objetivos, a linguagem, projeto gráfico e estrutura adotada para o livro-reportagem.

Afrocuritiba – histórias de vida de quem passou por cima do racismo, é um livro-reportagem de histórias de vida de negros em Curitiba que atuam na conscientização das relações étnico-raciais e contra o racismo. O livro-reportagem em questão enfoca a Curitiba não europeia, a Curitiba negra, através da busca por mostrar as histórias de vida desses personagens, sem escolher os negros marginalizados que a imprensa tradicional geralmente escolhe. A linguagem é simples, direta, sem rodeios. O produto tem o objetivo de mostrar aos leitores que a cidade tem um lado que quem acredita na cidade europeia não conhece. Mas deve conhecer e dialogar com o lado negro da cidade, porque tem muito a aprender com ele.

O nome do livro faz referência à capital do sul do país que mais tem negros. Nem todos os entrevistados são naturais de Curitiba, mas necessariamente, vivem na capital do Paraná. É desnecessário que tenham nascido aqui, pois, como mostrado anteriormente, muitas pessoas de fora da cidade contribuíram significativamente para a construção da cidade.

4.1. Projeto gráfico

Falco (2014) analisa que a ideia de projeto gráfico surgiu a partir da procura de economia e diferenciação no jornalismo por meio de um padrão visual. No Brasil, Amílcar de Castro realizou uma reforma gráfica no “Jornal do Brasil” que influenciou outros jornais brasileiros. Passaram a surgir veículos com projetos gráficos a partir de 1950 com os jornais cariocas, como por exemplo, o “Última Hora”. Posteriormente, na década de 90 os jornais brasileiros passaram por outra reforma gráfica.

O projeto gráfico foi desenvolvido no tamanho de 21cmx14,85cm. A capa foi feita no papel *Duo Design* 250g/m². São 70 páginas, de papel reciclado de gramatura 75 g/m². A paginação está centralizada na parte inferior da página. As margens superior, esquerda e direita são de 2cm e a inferior de 1,5 cm. O espaçamento entre linhas é simples.

Para facilitar a leitura, a fonte escolhida foi a *Constantia*, serifada, em tamanho 12. A fonte tem um ar nostálgico e combina com histórias de vida. Cada personagem tem o próprio capítulo com uma foto em preto e branco ao final de cada capítulo. A foto é de arquivo pessoal ou, se necessário, tirada no momento da entrevista.

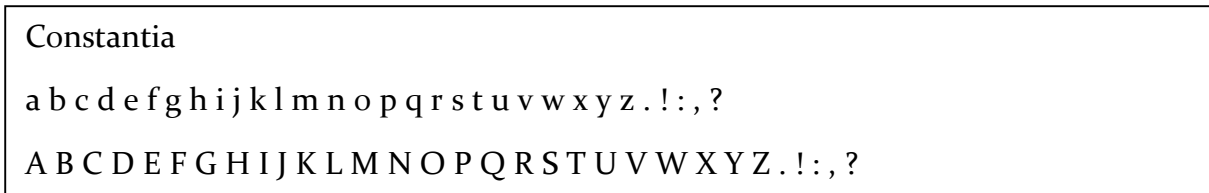


Figura 1: Estudo tipográfico da fonte *Constantia*. Elaborado pela autora, 2014.

O título de cada capítulo está redigido na fonte *Times new roman*, tamanho 18, em negrito. *Times new roman* é clássica, combina com *Constantia* e traz a ideia de seriedade para a discussão. Ambas fontes são discretas e, portanto, se afastam do tom apelativo.

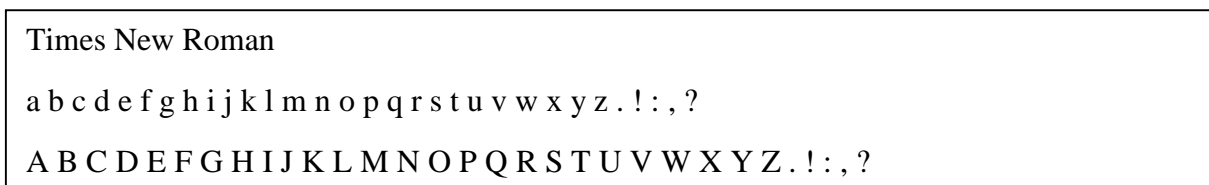


Figura 2: Estudo tipográfico da fonte *Times New Roman*. Elaborado pela autora, 2014.

A capa conterà uma ilustração do continente africano. Será na cor verde clara com título, subtítulo e elementos gráficos em branco. A cor branca é a reunião de todas as cores e tem como referencial a paz, pureza, inocência e dignidade. No oriente, pode significar passagem para outros planos espirituais. O verde é uma cor fria, estática e calma. Está associado à estabilidade, paz, vida, saúde, bem estar e segurança. Se mais puxado para o azul, aponta para a serenidade⁷.

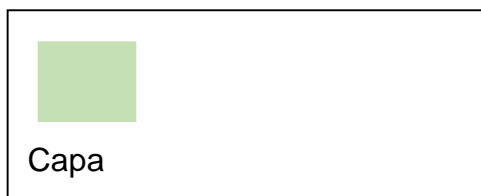


Figura 3: Estudo de cor para a capa. Elaborado pela autora, 2014.

⁷ <http://chocoladesign.com/psicologia-e-relacoes-fisicas-das-cores>. Acesso em: 12/10/2014.

O título do livro-reportagem foi feito na fonte *Egyptian nights* em tamanho 48. A fonte *Egyptian nights* traz referências sobre o universo negro e chama a atenção para o título.

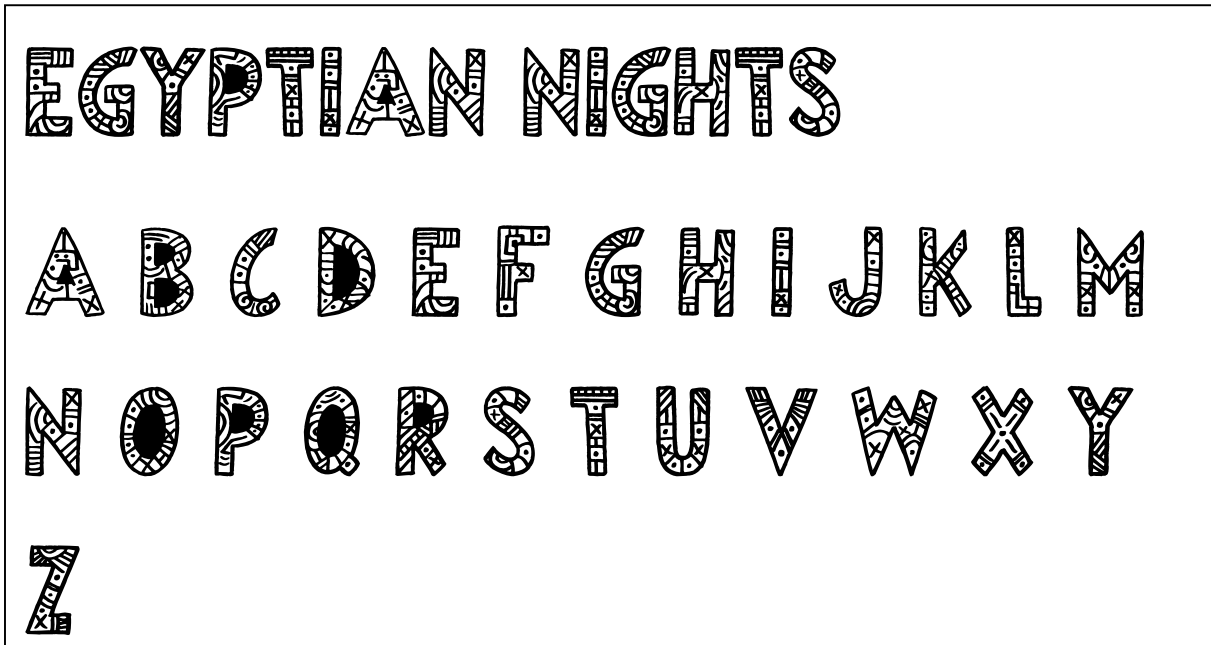


Figura 4. Estudo tipográfico da fonte *Egyptian Nights*. Elaborado pela autora, 2014.

Para não pesar nos detalhes da capa, foi escolhida a fonte *Berlin Sans FB*, tamanho 16. É uma tipografia sem detalhes, minimalista e combina com a fonte do título.

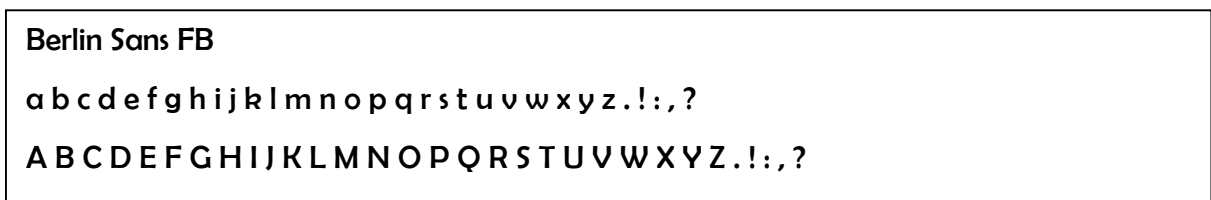


Figura 5. Estudo tipográfico da fonte *Berlin Sans FB*. Elaborado pela autora, 2014.

4.2. Estrutura

Conforme a classificação de Lima (2011), um livro pode ser dividido em: elementos pré-textuais, elementos textuais, elementos pós-textuais e elementos extratextuais.

Como elementos pré-textuais, o livro-reportagem conterà: uma folha de rosto (com o título, subtítulo, autor da obra e ano), uma epígrafe (com citação do Muniz Sodré, pesquisador negro), prefácio (contendo esclarecimentos sobre os

personagens que o leitor encontrará no livro, bem como uma justificativa) e o sumário (ordenação sistemática do livro).

De elementos textuais, estão presentes: cinco páginas capitulares (introduzirão os cinco capítulos com o título de cada capítulo), páginas subcapitulares (páginas padrões do livro descritas conforme está no projeto gráfico), números das páginas (fólios). São cinco capítulos. Um capítulo para cada personagem. O final de cada capítulo contém uma foto em preto e branco de arquivo pessoal da fonte ou tirada no momento da entrevista.

Os únicos elementos extratextuais são a capa e uma lombada de meio milímetro. O sistema de impressão é a laser para que haja uma melhor definição e o de encadernação o de brochura. Cada unidade custou R\$26.

5.3. Organização dos capítulos

São cinco capítulos para cinco personagens. Como são três mulheres e dois homens, uma mulher e um homem estão intercalados.

Por ser a mais nova, o primeiro capítulo será da dançarina Stéphanie Paes de Oliveira. O segundo será o do pesquisador Cassius Marcelus Cruz. O terceiro, e, estrategicamente localizado no meio, da senhora Maria Aparecida Dalzira, por possuir importância histórica ao movimento negro no Paraná. Depois o capítulo sobre Adilson Leandro Alves, o vereador Mestre Pop e, por último, o sensível capítulo da cabeleireira Débora Pereira.

5.4. Fontes de informação

Cada capítulo foi escrito a partir de entrevistas gravadas. Cada entrevista foi degravada. O cerne das histórias de vida são as informações referentes a casos de racismo e contribuições para conscientização contra o racismo foram aproveitadas. Mas também há detalhes sobre infância e personalidade das fontes, para que o leitor possa se identificar com os personagens, por mais que nunca tenha passado por tais experiências.

As fontes de informação foram, além dos próprios entrevistados, pesquisa documental sobre eles e na hora da redação, checagem de informações na internet. O personagem mais difícil de lidar foi o vereador Mestre Pop. Ele estava

acompanhado de uma assessora de comunicação e também gravou toda a entrevista. Ele se esquivava sobre perguntas sobre racismo em Curitiba. Mas foi possível retirar boas informações e, depois checá-las.

5.5. Subsídios

Esta publicação será apresentada como projeto cultural apoiado pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91) à Fundação Cultural de Curitiba. A lei em questão instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e tem como objetivo captar recursos para os setores culturais para facilitar o acesso à população às mais variadas fontes de cultura.

Como o incentivo da Lei Rouanet (1991) é apenas cedido a projetos culturais de exibição, utilização e circulação abertas, não haverá restrição de público. A distribuição gratuita será realizada em escolas de ensino fundamental e médio da rede pública. Em outros espaços, não será gratuita e os recursos arrecadados serão revertidos para uso de organizações culturais locais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de recursos do jornalismo literário e do livro-reportagem, é possível sair do lugar comum da imprensa cotidiana e expandir o olhar do leitor sobre questões que, possivelmente, nem imaginava. O livro-reportagem não só traz novas informações em profundidade ao leitor, mas também permite ao jornalista se libertar das amarras do jornalismo cotidiano e usar a criatividade e sensibilidade em um texto com maior profundidade.

Com o jornalismo literário, questões sociais podem ter uma ou várias faces de várias pessoas. Tais questões deixam de ser apenas números e estatísticas – tratamento dado, em geral, pelo jornalismo tradicional -, mas também apresenta a subjetividade de quem representa aqueles dados. No caso, os negros em Curitiba contam como é ser negro numa capital considerada europeia e diferente do resto do Brasil. Contam que tipo de situações embaraçosas enfrentam no dia-a-dia por conta do fenótipo e também contam como contribuem para combater o racismo. Se a mídia hegemônica prefere retratar o negro apenas como marginalizado, hiperssexualizado e sempre em posições inferiores, o livro-reportagem a que esse trabalho se dispõe escolheu personagens que um dia viveram à margem da sociedade, mas superaram barreiras sociais e econômicas e que acreditam no sonho de uma sociedade mais igualitária.

O gênero das histórias de vida permite que o leitor crie maior empatia com o lado humano e subjetivo do personagem. Se ainda hoje, depois da abolição da escravidão o negro ainda não tem os direitos garantidos e ainda é visto como subhumano, é necessário que as pessoas livrem-se do preconceito e aprendam a viver em diversidade. O pesquisador Muniz Sodré ensina como aprender a lidar com as diferenças:

O preconceito não se combate com o anti-preconceito. Não é o discurso do anti-racismo que combate o racismo. Em geral, o discurso do anti-racismo é feito com os mesmos materiais do discurso racista. O que efetivamente nos desloca do preconceito é o afeto. É a sensibilidade. É o sensível. A diferença não é para ser compreendida, não é para ser entendida. Ela é pra ser sentida. (SODRÉ, s.d.)

A experiência de sair do meu local de privilégio na sociedade – já que sempre tive oportunidade de estudar em boas escolas, acesso a hospitais privados, enfim,

boas condições de vida – e ouvir o lado que geralmente as pessoas e a mídia em geral não estão dispostas a ouvir, foi enriquecedora.

A hipótese inicial de que há racismo em Curitiba se confirma na pesquisa bibliográfica e na fala dos entrevistados. Não só o racismo explícito com palavras de baixo calão, mas também manifestações que não necessariamente necessitam da exteriorização através de palavras, como gestos, olhares e comportamentos.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber que o racismo está introjetado na sociedade. Apesar de todos serem iguais perante a lei, não há garantias efetivas de que todos realmente sejam iguais. Embora diferenças que levem em conta o critério de diferenciação racial tenham diminuído por meio de políticas públicas e do movimento negro, as oportunidades continuam a não são as mesmas. Curitiba precisa rever a própria construção identitária e inserir o negro nela.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Felipe. Chega de camarada e sai de patrão. **Africaxé**, Curitiba, ano II, n. 2, p. 2 – 10, 2005.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006. 144p.

BRACARENSE. **Paraná negro**. 1ª ed. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008. 104 p.

BRASIL. Lei nº 8.313, 23 de dezembro de 1991. Lei Rouanet. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 02/20/2014.

_____. Lei nº 12.288, 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 02/10/2014

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1997.

DRAGO, Carolina Pontes de Sá. **Realidade e Piauí: um reencontro do jornalismo literário brasileiro**. Rio de Janeiro: s.n., 2012. 68p. Arquivo em PDF. Disponível em: <http://literaturaexpandida.files.wordpress.com/2011/09/monografia-jornalismo-carolina-drago.pdf>. Acesso em: 09/10/2014

FALCO, Alessandra de. **O que é projeto gráfico?**. São João del-Rei: s.n., 2014. Disponível em: <http://prezi.com/0h9o2nrk236m/ufsj-pvg-o-que-e-projeto-grafico/> Acesso em: 20/10/2014

FONTANA, Mônica. **Os limites entre fato e ficção: Jornalismo Literário em perspectiva**. Arquivo em PDF. Disponível em: http://www.pglettras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/3.%20Pesq%20em%20andamento%20Literatura/3.6_Monica_Fontana.pdf. Acesso em 09/10/2014.

GELEDÉS – Instituto da mulher negra. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. S.l.: Trama design, 2013. 55 p. <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/publicacoes-recentes/racismo-institucional>. Acesso em: 30/09/2014

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. **Quilombos do Paraná: Relatório 2005/2010**. 22ª ed. Curitiba: GTCM, 2010. 269 p.

IBGE. **Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos**. Rio de Janeiro: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), 2007. 40 p.

IPEA. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a apolição**. Brasília: Diretoria de Estudos Sociais (Disoc), 2008. 16 p.

_____. **O longo combate às desigualdades raciais.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em: 20/10/2014.

_____. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013.** Arquivo em PDF. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140211_notatecnica_disoc17.pdf.pdf. Acesso em: 20/10/2014.

IVAN, Milton. **Escravidão no Paraná.** *Africaxé*, Curitiba, ano I, n. 3, p. 2-6, 2006.

JÚNIOR, Jackson Gomes; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** 4ª edição revista e ampliada. Barueri: Manole, 2009. 470p.

_____. **Verbetes elaborados por Edvaldo Pereira Lima.** São Paulo: s.n. Disponível em: <http://www.edvaldopereiralima.com.br/index.php/jornalismo-literario/conceitos>. Acesso em 06/11/2014

LOBO, Glaucio Souza. **Invisibilidade em Curitiba.** *Africaxé*, Curitiba, ano I, n.1, p. 9-10, 2004.

MAGALHÃES, Manoel Vilela de. **Produção e difusão da notícia.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1979. 147p.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista – o diálogo possível.** São Paulo: Ática, 1986. 96p.

NICOLAZZI, Fernando. **A Fabricação do Sorriso: Ortodontia social em Curitiba na virada dos séculos XIX e XX.** *Klepsidra*, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1, 2000. <http://www.klepsidra.net/klepsidra3/cidadesorriso.html>. Acesso em:01/04/2014.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário.** São Paulo: Contexto, 2006. 142p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. 390p.

SOUZA, Jurandir de. **Paraná: o estado negro da região sul.** *Áfricaxé*, Curitiba, ano I, n.1, p. 2-6, 2004.